

A. I. N ° - 295902.0902/04-0
AUTUADO - MOVESA MOTORES E VEÍCULOS DO NORDESTE LTDA.
AUTUANTE - JACI LAGE DA SILVA
ORIGEM - INFAZ TEXEIRA DE FREITAS
INTERNET - 30/09/05

3ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO JJF N° 0337-03/05

EMENTA: ICMS. LEVANTAMENTO QUANTITATIVO DE ESTOQUES. ENTRADAS E SAÍDAS DE MERCADORIAS SEM OS DEVIDOS REGISTROS FISCAIS E CONTÁBEIS. Constatando-se num mesmo período, diferenças tanto de saídas como de entradas, através de levantamento quantitativo de estoque, deve ser exigido o imposto tomando-se por base a diferença de maior expressão monetária, neste caso, a de saídas. Refeitos os cálculos, mediante diligência fiscal, com redução do valor inicialmente apurado. Auto de Infração **PROCEDENTE EM PARTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

O Auto de Infração em lide, lavrado em 29/09/2004, reclama ICMS no valor de R\$ 8.885,80, acrescido da multa de 70%, decorrente de falta de recolhimento do imposto relativo à omissão de saídas de mercadorias tributáveis, efetuadas sem a emissão de documentos fiscais e, conseqüentemente, sem a respectiva escrituração, decorrente da falta de contabilização de entradas de mercadorias em valor inferior ao das saídas efetivas omitidas, apurado mediante levantamento quantitativo de estoques por espécie de mercadorias em exercício fechado, levando-se em conta, para o cálculo do imposto, o maior valor monetário, ou seja, o das saídas omitidas.

O autuado, impugnou o lançamento, fl. 44, alegando que fez um minucioso levantamento de movimentação de estoque, constatando que realmente houve divergências entre as quantidades apresentadas e o levantamento quantitativo de notas fiscais de entrada e de saídas, devido a algumas falhas no processo de garantia. Porém sustenta essas divergências são bastante inferiores ao resultado apresentado pelo autuante.

De acordo com o entendimento da empresa, os itens divergentes foram os seguintes: Referência: 365729= 01 peça e 550290= 06 peças.

Para comprovar sua alegação, às folhas 45/117, acostou cópias de notas fiscais e fichas de movimentação dos itens selecionados. Finaliza requerendo a redução do valor do ICMS exigido no Auto de Infração, de acordo com os itens relacionados acima.

Na informação fiscal, fl. 121, a autuante retificou o procedimento fiscal, inserindo na contagem as notas fiscais de saídas (elencadas na fl. 122), apresentadas pelo contribuinte, que ainda não haviam sido consideradas no demonstrativo de saída, não considerando, contudo, as relativas à garantia, uma vez que as entradas referentes às mesmas não foram consideradas na Auditoria de Estoque.

Em seguida, apresentou “Novo Demonstrativo de Estoque Fechado e ICMS Devido” à fl.123 do presente PAF, reduzindo o valor do ICMS exigido originalmente para R\$ 8.147,66.

O autuado se manifestando a respeito da Informação Fiscal supra citada, às fls. 126/129, reafirma que as divergências encontradas são inferiores à descrita na autuação fiscal. Alega que apenas 05

(cinco) dos 20 (vinte) itens apontados estão com diferença, conforme discriminação por ele feita às fls. 127/129 e documentos anexos às fls. 130/435.

Após tomar ciência da manifestação do contribuinte, a autuante junta à fl. 438, nova informação fiscal que retifica a anterior (fl.121), informando que a respeito da documentação apresentada, discriminou nos demonstrativos de entradas e de saídas as notas fiscais não consideradas, quando da realização da auditoria de estoque ou da informação fiscal, cujo resultado foi transferido para o “DEMONSTRATIVO DE ESTOQUE FECHADO E ICMS DEVIDO, CONFORME MANIFESTAÇÃO”, resultado em ICMS no valor de R\$ 8.649,95.

O PAF foi submetido à pauta suplementar, tendo a 3ª JF decidido por sua conversão em diligência a ASTEC, para que fosse atendido o solicitado à fl. 445, ou seja:

1. fosse verificado se devem, ou não, ser incluídas as notas fiscais de saídas de mercadorias em garantia, tendo em vista que a autuante afirmou que não havia considerado, no levantamento de estoques, as notas fiscais de entradas correspondentes;
2. à vista dos documentos e livros fiscais, fossem comparados os demonstrativos elaborados pela autuante (fls. 8 a 19, 122, 123, e 439 a 441) e pelo autuado e fosse informado se está correta a auditoria de estoques levada a efeito pela autuante.
3. fossem elaborados novos demonstrativos, inclusive o de débito, em caso de alteração.

Cumprida a diligência, o auditor fiscal designado, através do PARECER TÉCNICO Nº 0079/2005 às fls. 448/449 dos autos, após descrever o que foi pedido pelo Relator, o procedimento do autuado e de como foi realizado o trabalho revisão fiscal, concluiu, que foram efetuadas as devidas verificações e elaborados novos demonstrativos, sendo, também, efetuado ajustes de entradas e saídas e de estoque conforme fls. 450/454, ficando o valor do ICMS exigido de reduzido de R\$ 8.885,80 para R\$ 6.744,64.

A INFAZ-Teixeira de Freitas, através das intimações de fls. 456 e 457, cientificou a autuada e o autuante, para se manifestarem em relação ao Parecer da ASTEC.

O autuado, se manifestando a respeito do parecer acima citado às fls.462/465, reafirmou que as divergências encontradas são inferiores as descritas, solicitando a redução do valor do presente Auto de Infração para R\$ 1.709,46, conforme demonstrativos às fls. 463.

VOTO

Trata-se de Auto de Infração lavrado em decorrência da falta de recolhimento do imposto pela constatação de omissão de saídas de mercadorias tributáveis efetuadas sem a emissão de documentos fiscais, apurada através de levantamento quantitativo de mercadorias.

O autuado, ao impugnar a autuação, reconhece, que após ter feito minucioso levantamento de movimentação de estoque, realmente houve divergências entre as quantidades apresentadas e o levantamento quantitativo de notas fiscais de entrada e de saídas devido a algumas falhas no processo de garantia, porém alega que essas divergências são bastante inferiores ao apresentado pelo fisco Estadual.

O autuante, retificou o levantamento de estoque, por duas vezes, e reduziu o débito para valores diferentes em cada informação fiscal (fls. 121 e 438) e informou que não considerou as notas fiscais de saídas relativas à garantia, uma vez que as entradas referentes às mesmas não foram considerada na Auditoria de estoque.

Em face à controvérsia, a presente JF deliberou converter o presente PAF em diligência a fiscal estranho ao feito para que fossem apuradas as situações elencadas à fl. 445.

De acordo com o PARECER TÉCNICO Nº 079/2005, como as notas fiscais de entrada de mercadorias em garantia não foram apropriadas, pelo autuante no seu levantamento, também não foram consideradas as notas fiscais de saídas de mercadorias em garantia, não existindo, portanto, repercussão no levantamento efetuado às fls. 12/16.

Efetuada comparação entre os diversos demonstrativos anexos ao processo (fls. 8, 9, 122, 123, 439/441 e 45/52, 126/137) à luz dos livros e documentos fiscais, foi elaborado ajustes das entradas e das saídas, fls. 450/453, bem como novo demonstrativo de estoque (fl.454).

Após a revisão efetuada, o diligente conclui pela redução do valor original do Auto de R\$ 8.885,80 para R\$ 6.744,64.

O autuado, ao se manifestar a respeito do parecer acima citado (fls.462/465), reafirmou que as divergências encontradas são inferiores as descritas, solicitando a redução do valor do presente Auto de Infração para R\$ 1.709,46.

Entretanto, após exame das peças processuais e dos diversos demonstrativos anexos ao processo, acolho os valores apresentados no trabalho de revisão fiscal realizado pela ASTEC, considerando que não foram apropriadas em seu levantamento, nem as notas fiscais de entrada de mercadorias em garantia, como também as notas fiscais de saídas de mercadorias em garantia, não existindo, portanto, repercussão no levantamento efetuado pelo diligente às fls. 450/454, ficando o valor do débito reduzido para o valor de R\$6.744,64, na forma apurada através da referida diligência fiscal.

Face ao exposto, voto pela PROCEDÊNCIA EM PARTE do Auto de Infração.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 3ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE EM PARTE** o Auto de Infração nº **295902.0902/04-0**, lavrado contra **MOVESA MOTORES E VEICULOS DO NORDESTE LTDA.**, devendo ser intimado o autuado para efetuar o pagamento do imposto no valor de **R\$ 6.744,64**, acrescido da multa de 70%, prevista no art. 42, III da Lei nº 7.014/96.

Sala das Sessões do CONSEF, 21 de setembro de 2005.

ARIVALDO DE SOUZA PEREIRA - PRESIDENTE

MARIA DO SOCORRO FONSECA DE AGUIAR - RELATORA

EDUARDO RAMOS DE SANTANA - JULGADOR